

A indústria petrolífera na Amazônia: e as vinculações na transformação territorial de Coari - AM

Vlamir do Nascimento Seabra

Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5538-5564>

Iraildes Caldas Torres

Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3625-5040>

Resumo

A Amazônia brasileira apresenta uma diversidade de interpretações. Neste artigo, abordar-se-á uma análise sobre o Município de Coari, no Estado do Amazonas, que se caracteriza por ter na produção de gás e petróleo em seu território, um elemento fundamental na base de sua economia, influenciando na relação com os processos socioculturais e político-econômicos que se desenvolvem nele. Ao delimitar espacialmente esta pesquisa, situa-se no espaço-tempo-vivido marcado, sobretudo, por verticalidades e por processos de desenvolvimento exógenos que reforçam sua subalternidade e ampliam as desigualdades sociais. O objeto central deste artigo será analisar as reconfigurações territoriais, rural e urbana, que ocorreram em Coari-AM a partir da implantação da indústria petrolífera no Município. Para tanto, ancora-se epistemologicamente sobre a teoria dos territórios de Milton Santos e pesquisadores que tratam deste tema, como, Ruy Moreira, Arilson Favaretto e Eliseo Sposito, portanto, o conceito de território será fundamental. Além de analisar os paradigmas históricos do capitalismo na Amazônia considerando a implantação da indústria petrolífera como um enclave econômico no Município de Coari, após o acesso aos recursos dos royalties do petróleo.

Palavras-chave: Amazônia, Território, Coari-AM

Abstract

The Brazilian Amazon presents a diversity of interpretations. This article will address an analysis of the municipality of Coari, in the state of Amazonas, which is characterized by having gas and oil production within its territory as a fundamental element in the base of its economy, influencing the relationship with the sociocultural and political-economic processes that develop there. By spatially delimiting this research, it situates itself in a lived space-time marked, above all, by verticalities and by exogenous development processes that reinforce its subalternity and amplify social inequalities. The central object of this article will

be to analyze the territorial reconfigurations, both rural and urban, that occurred in Coari-AM following the implementation of the oil industry in the municipality. To this end, it is epistemologically anchored in the theory of territories by Milton Santos and researchers who address this theme, such as Rogério Haesbaert, Ruy Moreira, Bertha Becker, Arilson Favaretto, and Eliseo Sposito; therefore, the concept of territory will be fundamental. In addition to analyzing the historical paradigms of capitalism in the Amazon, considering the establishment of the oil industry as an economic enclave in the Municipality of Coari, after gaining access to oil royalty resources. Abstract letra candara tam 11 normal

Keywords: Amazon, Territory, Coari-AM.

La industria petrolera en la Amazonía: y sus vínculos con la transformación territorial de Coari - AM

Resumen

La Amazonía brasileña presenta diversas interpretaciones. Este artículo abordará el análisis del municipio de Coari, en el estado de Amazonas, que se caracteriza por la producción de gas y petróleo en su territorio como elemento fundamental de su economía, lo que influye en su relación con los procesos socioculturales y político-económicos que allí se desarrollan. Al delimitar espacialmente esta investigación, se sitúa en un espacio-tiempo vivido, marcado, sobre todo, por las verticalidades y por procesos de desarrollo exógenos que refuerzan su subalternidad y amplifican las desigualdades sociales. El objetivo central de este artículo será analizar las reconfiguraciones territoriales, tanto rurales como urbanas, ocurridas en Coari-AM tras la implantación de la industria petrolera en el municipio. Para ello, se basa epistemológicamente en la teoría de los territorios de Milton Santos e investigadores que abordan este tema, como Rogério Haesbaert, Ruy Moreira, Arilson Favaretto y Eliseo Sposito; por lo tanto, el concepto de territorio será fundamental. Además de analizar los paradigmas históricos del capitalismo en la Amazonía, este estudio considera el establecimiento de la industria petrolera como un enclave económico en el municipio de Coari, a partir del acceso a los ingresos por royalties de la petroleras.

Palabras clave: Amazonia, Territorio, Coari-AM

1 Introdução

Este texto assenta-se numa abordagem sobre Coari analisando as mudanças que aconteceram no território do município de Coari após a Petrobras começar a explorar petróleo na região. Nosso objetivo é entender como essas mudanças afetam a dinâmica social e espacial do local, analisando as interferências na vida dos moradores, buscando apontar os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais causados pelos royalties do petróleo. Diferentes atores são agenciados neste estudo para isso, como os moradores ribeirinhos, os mercados internacionais de petróleo, o comércio local, a população urbana e as transformações que ocorreram na organização do espaço e na sociedade de Coari.

Na presente pesquisa a metodologia utilizou a abordagem marxista, perspectiva crítica. A primeira tarefa foi analisar o problema com clareza, no caso de Coari/AM as alterações socioespaciais em virtude da implantação da indústria petrolífera, e dessa forma entender a sociedade como um sistema social em que o

modo de produção (relações sociais de produção; forças produtivas) condiciona a dinâmica política, social, cultural.

Os procedimentos metodológicos foram da triangulação - entende-se a triangulação como um procedimento que combina diferentes métodos de coleta de dados, distintas populações (ou amostras), com uma determinada teoria, em diferentes momentos no tempo, para consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado

Para realizar este estudo, baseei-me na abordagem do desenvolvimento regional, sob a perspectiva do território e da territorialidade humana. Meu objetivo foi entender como esse conceito foi sendo construído ao longo da história, reconhecendo desde o começo que há características essenciais nesse processo de formação epistemológica. Entre elas, estão os processos de apropriação e dominação do espaço, as relações de poder, as identidades simbólico-culturais, as contradições e desigualdades, as diferenças e mudanças, além das permanências e das redes de circulação e comunicação, incluindo o meio ambiente, tanto interno quanto externo ao ser humano.

Diante do contexto do grane capital que se assenhora do território de Coari, no rio Urucu, para explorar Petróleo e gás. Esse estudo mostra que os espaços urbanos e rurais foram fortemente impactados. Dentre os múltiplos resultados constatados ficou patente que o capital na região contribuiu para ampliação das vulnerabilidades sociais, pois, sem levar em consideração as vozes da floresta, o protagonismo dos moradores e dos povos tradicionais, em geral, acaba por promover a exploração predatória e sem desenvolvimento social, como chegamos a conclusão no final desta pesquisa. É assim que este estudo se reveste de significativa importância aos moradores de Coari e as suas entidades representativas, remetendo para possíveis estratégias de elaboração de políticas públicas

2 Aspectos históricos que influenciaram na formação territorial no Município de Coari - Amazonas

De acordo com Soler (2009), a sociedade de Coari é composta, em sua maioria, por ribeirinhos que têm pouca participação na política. Um fator importante na formação dessa estrutura é o chamado “Coronelismo de Barranco”¹. Esse sistema,

¹ O primeiro autor a estudar o coronelismo no Brasil foi Victor Nunes Leal (1976), no seu clássico “Coronelismo, enxada e voto”, ele afirma que o termo coronel designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia. Depois dele os pesquisadores Maria de Lourdes Janotti (1981), José Murilo de Carvalho (1997) e Maria Isaura Pereira de Queiroz estudaram o coronelismo que existia desde o Império, mas só se legitimou na República, quando houve uma ampliação do papel desta figura na nova estrutura política. Segundo Leal (1976), o título de coronel passou a ser designado com a criação da Guarda Nacional que, por sua vez, foi criada pouco depois da Independência, a partir do dia 18 de agosto, em 1831, que tinha o objetivo de estreitar o laço entre o governo e o poder privado. A função da Guarda, de acordo com Janotti (1981), era coibir movimentos revolucionários da época. Após a extinção da Guarda Nacional, o uso desta alcunha permaneceu. Na Amazônia, mesmo sem título oficial, tornou-se costumeiro agregar o termo coronel ao nome dos proprietários de seringais. Todos eles passaram a ser chamados indistintamente de coronéis de barranco, assim como todos os aviadores (sujeitos que faziam o aviamento, ou seja,

presente na Amazônia, se refere aos líderes locais, os coronéis, que eram os grandes proprietários de terras e comandantes da região, seguindo uma tradição herdada do período colonial português. Alguns historiadores chegaram a chamá-los de senhores feudais, pois controlavam famílias, escravos, trabalhadores e capangas. Na região da Amazônia, esses coronéis atuavam como ponte entre os seringais e as casas aviadoras, conectando a Província Central às vilas, povoações e cidades. Coari também seguiu esse padrão. Coari não fugiu à regra. Segundo o Livro “Nunca mais Coari: a fuga dos Juramaguas” de Archipo Góes (2016), os dois grandes representantes deste modelo de política de Coronéis de Coari foram Alexandre Montoril e Deolindo Dantas. Além disso, eram os responsáveis pelo transporte dos produtos para os seringais sendo chamados de comendadores, mesmo sem terem recebido oficialmente essa distinção.

Após o declínio das exportações de borracha na Amazônia, no final da década de 1920, a partir da década de 1930 até o início dos anos 1980, as principais atividades econômicas do município estavam centradas no setor primário. A maior parte dos produtores residia nas áreas de várzea, onde a produção agrícola era sazonal, condicionada às cheias e vazantes dos rios. Os produtores de terras firmes eram predominantemente latifundiários, condição típica e comum na região amazônica. Nas áreas de terra firme, predominava a criação de gado e a exploração de culturas anuais; já nas regiões de várzea, a produção baseava-se em culturas de ciclo curto. Coari desempenhou papel relevante nesse período, especialmente entre as décadas de 1930 e 1980.

O município constitui um importante centro de coleta de castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), que representa o principal produto extrativista da região, além da coleta de pau-rosa (*Aniba spp.*), borracha (*Hevea brasiliensis*), madeiras de lei, malva (*Hibiscus spp.*), andiroba (*Carapa guianensis*), sova, pirarucu (*Arapaima gigas*) e outros recursos naturais.

Durante o período compreendido entre 1930 e 1940, consolidou-se em Coari a chamada elite política local. De um lado, o prefeito Alexandre Motoril vinculado ao Partido Social Democrata (PSD), instaurado por Getúlio Vargas, representava a maior parcela da elite urbana, designada como "classe média", frequentemente predominante nas decisões políticas e possuidora de influência econômica. Do outro lado, atuava o líder político, Deolindo Dantas da União Democrática Nacional (UDN), partido que representava a elite agrária e acolhia os descontentes do espectro político, bem como representantes do coronelato. Ambas as forças apresentavam interesses comuns, predominantemente de natureza política e econômica.

Na região amazônica, a inserção no processo de mundialização da industrialização ocorreu por meio da exploração de borracha, recursos minerais e florestais. Com o objetivo de promover alternativas ao desenvolvimento da Amazônia, foi instituído, pela Constituição de 1946, o Plano de Valorização da Amazônia. Suas ações tiveram início em 1950, concomitantes à posse do presidente Getúlio Vargas e à chegada de Celso Furtado ao governo.

eram responsáveis pelo transporte dos produtos para os seringais) da região receberam o título de comendador, mesmo sem a comenda oficial

Em 1952, Vargas comunicou ao Congresso Nacional a finalização dos estudos e a elaboração de um projeto de lei, posteriormente convertido na Lei nº 1.806, sancionada em 6 de janeiro de 1953, que estabeleceu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O artigo 22 dessa legislação criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Durante os governos militares, essa instituição foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Ambas as entidades adotaram uma abordagem desenvolvimentista voltada à transformação econômica da região, ao fortalecimento das áreas fronteiriças e à integração do espaço amazônico no contexto nacional.

A partir do final da década de 1950 inicia em Coari, o chamado de período dos projetos desenvolvimentistas, o Banco da Amazônia instala sua agência, inaugurada em 25 de setembro de 1956, e na década seguinte, implanta-se a agência do Banco do Estado do Amazonas – BEA no dia 6 de novembro de 1968. Tendo como objetivos financiar a o extrativismo dos produtos da floresta, e a agricultura familiar.

Na década de 1980 até meados dos anos 1990, a cultura da banana (*Musa*spp.) destacou-se como a principal atividade econômica, devido à elevada demanda de mercado em Manaus. No entanto, ao final dos anos 1990, os plantios de banana em Coari foram severamente afetados pela doença Sigatoka Negra, que foi introduzida pela fronteira com Colômbia e Peru, resultando na destruição da maior parte dos cultivos (Gasparaotto, Pereira, 2000).

Com o declínio da produção da banana e a chegada da indústria petrolífera em Coari, no final dos anos 1990, a geração de emprego e renda no Município se concentrou na Prefeitura, segundo Soler:

Considerando que a população, em 2005, era de 84.309 habitantes, observa-se que era significativo o percentual de 8,5% de pessoas empregadas na Prefeitura Municipal de Coari (7.000 servidores). Destes, apenas 473 pessoas haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho. (Soler, 2009, p. 5).

A dependência de contratação por meio da Prefeitura configura-se como o principal vetor de ocupação de cargos públicos por parte do ente municipal, consolidando-o como o maior empregador local. Tal dinâmica evidencia a utilização do poder econômico com fins políticos. Como exemplo prático dessa relação, observa-se que o o prefeito, eleito em 2019, é filho de um ex-prefeito que já exerceu o cargo por três mandatos consecutivos, e voltou a ser eleito em 2024, configurando uma oligarquia política. Esse contexto político é amplamente abordado na literatura acadêmica por estudiosos da Teoria das Elites, como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e C. Wright Mills. Segundo Ballan (2012, p.5-6):

Percebemos que o conceito de elite é formado pela ideia de que existem tipos superiores de pessoas, escolhidas ou predestinadas, e que para fazer parte desse seleto grupo são necessárias algumas condições. Podemos genericamente pontuar alguns fatores que descrevem a teoria das elites, como, por exemplo: a classe dominante sempre tem um número de componentes menores do que a grande massa. Sempre existirá nas sociedades uma classe dominante e uma dominada, e isto é causa da divisão desigual do poder. O poder político é sempre o mais desejado e mais importante nas instituições.

3 A questão conceitual do território na Amazônia brasileira.

A complexidade na elaboração de conceitos relativos a território e territorialidades decorre da natureza teórico-concreta desta construção, que envolve processos centrais: (a) a relação espaço-tempo, considerada como movimento inerente à formação de cada território, manifestando-se por meio de processos históricos relacionais, transescalares, envolvendo redes, fluxos e elementos fixos específicos; (b) a interação entre ideia e matéria; (c) as heterogeneidades intrínsecas; e (d) uma dialética que evidencia o ser humano enquanto entidade social e natural simultaneamente (Saquet, 2009).

De acordo com Saquet (2009), a relação espaço-tempo manifesta-se de forma diferenciada nos estudos geográficos.

O espaço está no tempo e o tempo está no espaço. Tal relação é considerada, nos estudos geográficos, de diferentes maneiras: ora destacam-se os processos históricos, ora o relacional, no entanto, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais. Isso significa que, às vezes, evidenciam-se, por exemplo, as fases ou períodos e, noutras situações, as relações sociais, sejam elas culturais, econômicas ou políticas espacializadas, regionalizadas ou territorializadas. (Saquet, 2009, p. 74).

O conceito de formação socioespacial busca compreender a concretização de determinados modos de produção por meio de múltiplas formações sociais. Nesse contexto, Santos (1977, p. 87) afirma que "[...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada", e, sob essa perspectiva, as formas espaciais representam uma linguagem dos modos de produção, ou seja, uma linguagem do resultado concreto do contato entre o modo de produção e a formação social preexistente. Santos (1999, p. 6) destaca que "[...] modos de produção e espaço geográfico evoluem conjuntamente, impulsionados por uma lógica unitária". Entretanto, apesar dessa lógica unificada, "a cada novo modo de produção (ou a cada nova fase do mesmo modo) alteram-se a estrutura e o funcionamento do espaço" (SANTOS, 1977, p. 87).

No livro "Metamorfoses do espaço habitado" (1988), Santos retoma as questões relacionadas à atuação dos agentes do capital e do Estado nas transformações históricas do espaço, reconhecendo relações específicas entre política, cultura e natureza em distintas espacialidades. O espaço é entendido como uma realidade relacional que envolve natureza e sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas e tecnologias. O trabalho funciona como a mediação na relação entre sociedade e natureza, na qual objetos naturais e sociais estão em constante movimento. Assim, o espaço habitado apresenta-se sob diversas formas por meio da urbanização, hierarquias, elementos fixos e fluxos (Santos, 1988). É mediante o trabalho que as técnicas assumem centralidade na análise; o ser humano é considerado sujeito ativo enquanto as técnicas representam meios de mediação; o espaço constitui um produto histórico decorrente da dialética que caracteriza sua dinâmica como relação entre aspectos internos e externos; novos e antigos; Estado e mercado (Saquet, 2009, p. 77).

Amazônia, especialmente o município de Coari, cuja economia é fortemente influenciada pela indústria petrolífera, apresenta uma dinâmica social definida por um histórico que valoriza a territorialização como processo de integração técnica, simbólica e valorativa dos espaços. Nesse contexto, o espaço assume uma dimensão política significativa, refletida na sua construção concreta entre os habitantes locais. Tal processo gera contradições que, embora não necessariamente antagônicas, apresentam relações de alteridade e centralidade, unidade e diversidade, hegemonia e heterogeneidade, bem como identidade e diferença, variando conforme a natureza social da sociedade em questão (Moreira, 2010).

A abordagem do espaço sob a perspectiva histórico-dialética diferencial permite compreender sua constituição considerando desigualdades originadas tanto em fatores naturais quanto sociais (BESSA, 2010). A análise socioespacial deve reconhecer o território como uma construção social inseparável das territorialidades; ou seja, como afirma Mesquita (1995, p. 83), o território funciona como uma projeção da identidade sobre o espaço. Nesse sentido, distingue-se da configuração territorial em si mesma, assim como da paisagem (SANTOS, 1988). De acordo com Claude Reffestin (1993, p. 143), o território constitui-se a partir do espaço por meio de ações coordenadas por atores específicos em diferentes níveis.

Na dimensão espacial, a geografia encontra seu campo mais propício para a aplicação das categorias de espacialidade das realidades sociais. Conforme Haesbaert (2004, p.20), trata-se de “[...] esclarecer as questões relacionadas à dimensão espacial”, não sob uma ótica positivista orientada para a construção de aparências e superfícies, mas adotando uma perspectiva do materialismo histórico-dialético, na qual a sociedade produz seu espaço, possibilitando o desenvolvimento de um conhecimento socioespacial. Esse processo de construção do espaço social resulta em um espaço fragmentado, no qual as desigualdades socioespaciais se fundamentam em bases naturalizadas e socialmente construídas.

Na sociedade capitalista moderna, identifica-se três períodos históricos dessa reestruturação: o período da era técnica, compreendendo a fase fabril da primeira revolução industrial, a fase fabril da segunda revolução industrial e a fase ciberfabril da terceira revolução industrial (Moreira, 1998; 1999; 2000; 2007). A primeira fase caracteriza-se por um espaço estruturado na centralidade das fábricas, marcada pelo período de exploração e redistribuição de recursos naturais por meio das grandes navegações entre continentes. Trata-se do momento em que a sociedade se organiza em regiões homogêneas e as relações internacionais se concentram nas principais praças de mercado europeias, refletindo as identidades dos espaços coloniais.

A segunda fase corresponde à centralidade global das regiões industriais, caracterizada pela mobilidade técnica dos transportes — inicialmente ferroviária, posteriormente rodoviária e aérea — bem como pelas inovações nos sistemas de comunicação, como o telégrafo e o telefone. Nessa etapa, há uma hierarquização das regiões centradas nas redes de comando das cidades industriais.

A terceira fase representa o momento atual de desterritorialização e dissolução do poder espacial exercido pela indústria tradicional, marcada pela predominância do setor de serviços e finanças rentistas, pela informação como

matéria-prima e pela sociedade em rede. Nesse contexto, destacam-se os grandes centros urbanos de consumo de massa (Moreira, 1998; 1999; 2000; 2007).

Embora apresente aspectos teóricos e ideológicos, o território—conforme tipificado por Favaretto (2013)—é sobretudo uma entidade concreta manifesta em suas territorialidades. Nesse sentido, o simbólico ocupa papel relevante ao portador de identitarismos específicos; na Amazônia, apesar das diversas formas de etnocídio sofridas pelas populações tradicionais, essa identidade permanece forte e presente nas diversas realidades regionais. Assim sendo, analisar o desenvolvimento regional da Amazônia sob uma abordagem territorial apresenta limitações. Segundo Favaretto e Berdegú (2019), há uma persistente focalização no setor agropecuário e uma incompreensão acerca do fato de que o território é um espaço socialmente construído; neste contexto, as pessoas não são meramente beneficiárias de programas setoriais. Existe um bloqueio pertinente para compreenderem-se as relações híbridas e complementares entre rural e urbano. As políticas públicas frequentemente atuam sem coordenação adequada entre os níveis estadual, municipal e federal ou entre mercado e sociedade civil, limitando o empoderamento local.

De acordo com Elias (2006a; 2006b; 2007a; 2007b; 2008; 2009), as transformações nas relações entre rural e urbano decorrentes das atividades agropecuárias brasileiras têm reorganizado o território nacional ao gerar novos arranjos territoriais que impactam diretamente os contextos socioculturais e econômicos dos municípios brasileiros. A autora propõe uma interpretação na qual o setor rural predomina sobre o urbano na medida em que as atividades econômicas rurais sustentam os serviços e atividades urbanas locais.

A apropriação do espaço que ocorreu em Coari promoveu transformações relevantes no território local, impactando tanto na matriz cultural quanto na paisagem urbana decorrente do deslocamento populacional de ribeirinhos para a sede municipal. Essas mudanças fundamentaram reflexões acerca do entendimento de novas territorialidades e seus efeitos. A territorialidade subjetiva na Amazônia foi considerada uma categoria de análise importante; Milton Santos (2005, p.252) descreve-a como “território usado”, conceito que só adquire sentido ao integrar as construções econômicas, políticas, sociais e culturais. Assim, o território deve ser compreendido como o território usado — ou seja, aquele que inclui o chão e a identidade coletiva. Essa identidade representa o sentimento de pertencimento às terras ocupadas; nesse contexto, território é visto como base para o trabalho humano; espaço para residência, trocas materiais e espirituais e exercício da vida (Santos, 2005).

No tocante às territorialidades amazônicas desde o período colonial, observa-se uma relação marcada por conflitos entre colonizadores e sociedade local. As decisões relativas ao uso do território sempre envolveram disputas e conflitos políticos internos e externos à região. Decisões tomadas pela metrópole resultaram em conflitos armados com populações indígenas — guerras justas contra os povos originários — além de episódios de escravidão indígena e etnocídio. A partir da segunda metade do século XX, a Amazônia passou a integrar a pauta nacional de

desenvolvimento econômico e social; nesse contexto, gestores públicos passaram a enfatizar a necessidade de promover um desenvolvimento regional equilibrado para a região.

4 As alterações territoriais decorrentes da exploração petrolífera em Coari

O município de Coari, cuja área total corresponde a 57.922 km², supera a extensão de sete estados brasileiros (Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Espírito Santo). Localizado a 463 quilômetros de Manaus por via fluvial (distância em linha reta de 363 km), é banhado pelo rio Solimões na direção oeste-leste. Limita-se ao norte com o município de Codajás; ao sul com Tapauá; a Leste com Anori; e a oeste com Tefé (IBGE, 2020).

A alteração mais significativa ocorrida em Coari refere-se ao crescimento populacional urbano. Desde a década de 1990, milhares de indivíduos deslocaram-se para a sede do município motivados pela perspectiva de obter empregos melhor remunerados em empreendimentos ligados à indústria petrolífera, bem como pela possibilidade de construir moradias, acessar escolas para os filhos e serviços de saúde para as famílias. Assim, a população urbana passou de aproximadamente 9 mil habitantes em 1970 para mais de 50 mil em 2010 (IBGE, 2010).

No que tange à composição econômica do município, conforme IBGE, 2010, cerca de 60% das atividades concentram-se no setor de serviços, enquanto o restante está distribuído entre as atividades agropecuárias e industriais. Tal concentração é atribuída principalmente à influência do enclave econômico representado pela administração municipal, sustentada pelos recursos provenientes dos royalties. Em 2010, dos trabalhadores com idade igual ou superior a 18 anos, 33,63% atuavam no setor agropecuário; 1,74% na indústria extrativa; 3,04% na indústria de transformação; 4,58% na construção civil; 1,58% nos setores de utilidade pública; 11,41% no comércio; e 38,92% no setor de serviços. Esses dados evidenciam a dependência da geração de empregos no setor urbano voltado ao atendimento às demandas da sede municipal.

Quanto aos indicadores econômicos:

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita registrado em 2018 foi de R\$23.921,53 — valor relativamente elevado — tornando Coari o segundo maior PIB do Amazonas. A maior parte dessa renda provém das atividades industriais e dos serviços. Contudo, uma análise dos recursos públicos aplicados exclusivamente nas áreas de defesa, educação e saúde revela uma redução expressiva em comparação com outros municípios do estado: o PIB fica abaixo da média estadual e ocupa a quarta posição entre os municípios amazonenses.

Na pesquisa conduzida pelo IBGE em 2018, verificou-se que o salário médio mensal correspondia a aproximadamente 2,9 salários mínimos e que apenas 9,6% da população ocupada representava relação proporcional com o total populacional. Comparando-se aos demais municípios do Amazonas, Coari posiciona-se em terceiro lugar dentre os seus cento e dois municípios quanto à proporção dos trabalhadores ocupados. Além disso, quase metade da população (48,9%) residia em domicílios cujo rendimento mensal per capita era igual ou inferior a meio salário mínimo — índice que coloca o município na posição quarenta e oito em relação aos demais.

Em relação às condições do mercado formal⁶, o salário médio mensal dos trabalhadores registrados em 2021 era equivalente a R\$3.100. O número total de

peças empregadas formalmente naquele ano atingia oito mil pessoas (8.079), representando um percentual próximo a oito por cento da população economicamente ativa. Ainda nesse período⁶, aproximadamente quarenta e oito por cento da população tinha rendimento nominal mensal per capita até meio salário mínimo.

No ano 2022, observa-se saldo negativo na geração líquida de empregos formais: houve redução líquida de cinquenta e um postos — destaque positivo para os setores do transporte rodoviário de cargas (98 vagas), estabelecimentos comerciais como padarias e açougues (91 vagas) além das farmácias e óticas (17 vagas). Apesar disso, foram abertas sessenta e duas novas empresas até agosto daquele ano — incluindo quatorze operações via internet.

Considerando-se o desempenho regional, Coari ocupa atualmente a quarta colocação entre os municípios da sua pequena região no que concerne à criação líquida de empregos formais. A nível estadual, sua colocação é bastante baixa: está na sexagésima sexta posição entre sessenta dois municípios do Amazonas.

A força laboral formal compreende aproximadamente sete mil oitocentos empregos vinculados à carteira assinada — destacando-se as funções públicas municipais ocupadas por dirigentes administrativos (2.437), professores do ensino fundamental superior (1.077) e assistentes administrativos (627). A remuneração média desses trabalhadores é estimada em R\$3.100 mensais. A distribuição da renda demonstra alta concentração nas classes econômicas superiores às médias estaduais — cerca de quarenta e sete por cento das remunerações pertencem às faixas econômicas E e D; enquanto as classes mais altas representam aproximadamente quarenta e três vírgula nove por cento. ¹⁰ As principais atividades empregadoras são: administração pública geral (6.437 postos), extração petróleo/gás natural (297 postos) e comércio varejista minimercados (114 postos).

O município de Coari caracterizava-se por uma economia agroextrativista. Apesar da instalação da indústria petrolífera a partir da década de 1990, os elementos culturais, sociais e biogeográficos tradicionais permaneceram vivos em seu território. Essas tradições incluem técnicas de manejo do solo com uso intens de mão de obra familiar, geralmente associadas a baixo impacto ambiental; métodos de captura de animais silvestres; períodos específicos para a pesca de determinadas espécies aquáticas; e práticas relacionadas à fabricação e utilização de canoas. A maior parte das residências, tanto rurais quanto urbanas, é construída com materiais vegetais e utiliza redes como equipamento padrão para descanso noturno. Ademais, há uma forte ligação com os ciclos hidrológicos das vazantes e cheias dos rios que originam a várzea amazônica, ambiente onde se realiza pesca, caça e produção agrícola de subsistência. Eventualmente, os excedentes desses produtos são comercializados em feiras e mercados locais. Um aspecto quase místico na relação entre as comunidades rurais e urbanas em Coari refere-se à conexão das pessoas com o rio, conforme mencionado por Tocantins (1988).

O rio adquire uma associação quase mística com os homens que habitam os rincões da Amazônia. As comunidades, as barracas, os barracões se desenvolvem a beira dos rios, junto aos barrancos inundáveis, equilibrados nos esteios de madeira, prontos para locomoverem-se para trás se as terras caídas ameaçarem as palafitas, mas sempre junto ao rio, na atração máxima do caudal de águas que é o caminho das energias vitais e comanda a vida no anfiteatro amazônico. Para esse autor o rio conduz a vida dos

ribeirinhos, pois que das relações que estabelecem com o ambiente natural, pode-se notar que —o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional. (TOCANTINS, 1988, p. 233)

A relação que combina elementos rurais e urbanos, bem como suas implicações na reconfiguração territorial decorrente da implantação da indústria petrolífera no município de Coari/AM, motivou a elaboração desta análise. Dentro da população rural, distingue-se entre aqueles que habitam terras de várzea e os residentes de terra firme, apresentando distintas atividades de subsistência. Os moradores de terra firme sobrevivem predominantemente por meio da caça e pesca destinadas ao consumo familiar, com ênfase econômica nas atividades de extrativismo e agricultura. Por outro lado, os ribeirinhos de várzea praticam caça e extrativismo de forma esporádica; sua sustentabilidade econômica é assegurada principalmente por atividades voltadas à pesca e à pequena agricultura. Como residem às margens dos rios em áreas mais férteis do que as terras de terra firme e possuem conhecimento detalhado do território, acessam lagos, furos e paranás que apresentam grande diversidade de peixes. Assim como outros grupos ribeirinhos que vivem nas várzeas, mantêm uma relação íntima com o ambiente fluvial e florestal (PEREIRA, 2016).

No caso específico de Coari, existem inúmeras comunidades, que tem como característica marcante na dinâmica social do município a relação entre os grupos sociais de ribeirinhos, moradores urbanos da sede municipal e representantes do poder público local. Nesse contexto, persistem práticas como o mandonismo, o clientelismo político e o populismo. Conforme Pereira (2016, p. 39-40):

Do mesmo modo, também é marcante na história da Amazônia a pouca ou quase inexistente importância que os grupos dominantes locais atribuíram aos direitos civis, políticos e sociais, reproduzindo uma condição social onde acaba por sobressair como característica das populações humanas amazônicas uma imagem que revela ao mesmo tempo a desigualdade e a inferiorização. Uma caricatura de grupos sociais que resistem ou lentamente sucumbem ao poder econômico que inexoravelmente se instala. De tal modo que na atualidade são inegáveis as truculências no campo político e social, assim como os privilégios institucionais aos grupos econômicos que atuam na região. Na análise do período 1965-2000, de trinta e cinco anos entre ditadura militar e governos civis da Nova República, orientados essencialmente pelas diretrizes de uma política econômica que supostamente pretendia promover na Amazônia um modelo de desenvolvimento modernizante, caracterizado simultaneamente pelo predomínio de capitais privados e a presença efetiva de investimentos do governo federal na região, é possível observar que as repercussões dessa política econômica se tornaram cada vez mais impactantes e desastrosas, na proporção de seus avanços.

O modelo de repasses de royalties do petróleo destinados a Coari evidencia uma repetição de erros históricos presentes nos projetos de desenvolvimento da Amazônia, os quais tradicionalmente buscaram promover maior coesão econômica e social. No entanto, esses projetos frequentemente negligenciam as heterogeneidades inter-regionais e as escalas microrregionais, essenciais para orientar ações prioritárias. Assim, embora o município de Coari disponha de recursos

financeiros, seus indicadores sociais e econômicos permanecem similares aos de outras localidades do Amazonas. Dessa forma, o presente estudo realizará uma análise teórica dos conceitos vigentes de desenvolvimento regional aplicáveis ao Estado do Amazonas, tendo como estudo de caso o município de Coari.

A viabilidade comercial das reservas petrolíferas de Urucu remonta ao ano de 1986. Urucu constitui-se na primeira reserva de petróleo e gás natural explorada comercialmente na Amazônia Ocidental brasileira, sendo composta pelo campo de Urucu e pelo polo de suporte denominado Polo Arara, utilizado para coleta e processamento dos recursos naturais. Este polo possui infraestrutura que inclui aeroporto, portos, vias terrestres, alojamentos para trabalhadores, instalações administrativas, sistemas de telecomunicações e outros equipamentos (NEVES, 2005).

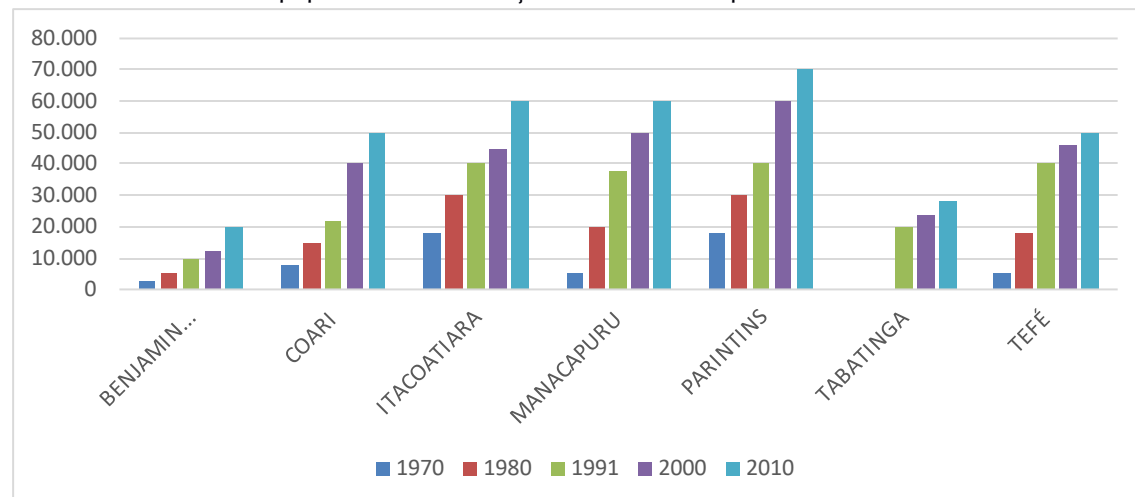
A produção na estação do rio Urucu teve início em 1988. Nesse período, empresas terceirizadas passaram a atuar em Coari para fornecer serviços à Petrobras, ocasionando um processo de migração populacional intramunicipal (rural-urbano) e oriunda de outros Estados devido às oportunidades relacionadas ao setor petrolífero e gasífero. A partir dos anos 1990, iniciaram-se estudos voltados ao aumento da exploração e à otimização dos sistemas logísticos pertinentes ao transporte dos recursos extraídos.

4.1 Alterações populacionais

A principal alteração no território de Coari refere-se à migração de ribeirinhos das comunidades próximas para a sede municipal. Em 1991, a população total do município era de 38.678 habitantes, aumentando para 67.096 em 2000, evidenciando um crescimento populacional superior à média nacional brasileira no mesmo período. Segundo dados do censo demográfico de 2010, a população oficial de Coari era de 75.965 habitantes, distribuídos em 49.651 residentes na zona urbana e 26.314 na zona rural, correspondendo a aproximadamente 65% e 35%, respectivamente (IBGE, 2010). A sede municipal concentra o maior contingente populacional, configurando uma relação híbrida entre as áreas rural e urbana. As análises espaciais dessas áreas demonstram forte interpenetração, influenciada significativamente pelo acesso aos recursos provenientes dos royalties do petróleo.

A mudança mais significativa ocorreu no crescimento da população urbana. Desde a década de 1990, houve um êxodo rural intensificado em direção à sede do município, motivado pela busca por oportunidades de emprego vinculadas à indústria petrolífera, bem como pela possibilidade de construir moradias, estabelecer escolas e acessar serviços de saúde familiares. Nesse contexto, a população urbana passou de aproximadamente 9 mil habitantes em 1970 para mais de 50-mil em 2010 (IBGE, 2010).

Gráfico 01: Crescimento populacional em relação a outros municípios do Estado



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1970, 1980, 1991 e 2010.

Tabela 12: População residente por situação de domicílio

Município	Situação do domicílio	Ano					2020*
		1970	1980	1991	2000	2010	
	Total	27.636	42.609	38.678	67.096	75.965	85.097
Coari/AM	Urbana	8.878	14.805	21.081	39.504	49.651	
	Rural	18.758	27.804	17.597	27.592	26.314	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2020* População aproximada.

4.2 Alterações Econômicas

Com a implementação dos recursos provenientes dos royalties do petróleo, esperava-se um aumento na oferta de empregos formais e informais, bem como melhorias nas condições sociais da população. Contudo, tais expectativas não se concretizaram; ao contrário, verificou-se uma ampliação na concentração de renda. Os indicadores de pobreza permanecem baixos, contudo o índice Gini evidencia elevada desigualdade de distribuição de renda. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o nível de analfabetismo e o Índice de Desenvolvimento para a Educação Básica (IDEB) apresentaram variações insignificantes quando comparados aos dados do Estado do Amazonas. Em 2019, a taxa de mortalidade infantil na cidade era de 16,49 por mil nascidos vivos, posicionando-se na 42ª colocação dentre os 62 municípios do Amazonas (IBGE, 2010).

Um aspecto de relevância na análise do Município de Coari refere-se à influência do fluxo financeiro nas estratégias de desenvolvimento regional. Considerando o território como um conceito de “território utilizado” (Santos, 1988), ou seja, o espaço habitado, trabalhado e estudado pela população, observa-se que o dinheiro constitui uma categoria fundamental nesse contexto. O escambo, prática bastante presente na Amazônia, não mais atende às demandas econômicas da região. Com a entrada dos recursos oriundos dos royalties do petróleo, houve uma ampliação das trocas comerciais, consolidando o dinheiro como elemento regulador dessas transações. Gradualmente, esse recurso passou a adquirir status de finalidade em si mesmo, deixando de desempenhar apenas o papel de meio de troca para assumir uma função de uso.

Os royalties pagos pela Petrobras ao Município de Coari representam uma compensação financeira à sociedade pela exploração dos recursos não renováveis. Essa compensação difere de um tributo, uma vez que os tributos são valores arrecadados para custear despesas públicas relacionadas à segurança, educação, saúde etc. (Lima, 2005). Conforme definido no artigo 11 do Decreto nº 2.705/1998 na legislação brasileira, os royalties consistem em: “compensação financeira devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, devendo ser pagos mensalmente por campo a partir do início da produção” (BRASIL, 2010).

Na esfera municipal em Coari, os royalties representam os principais recursos para a arrecadação própria do município; contudo, as receitas municipais não dependem exclusivamente deles. A Constituição Federal de 1988 dispõe que os entes federativos regulamentem entre si a distribuição das receitas tributárias. No caso do ICMS, por exemplo, o inciso IV do artigo 158 determina que 25% do valor arrecadado seja destinado aos municípios.

4.3 Alterações na Infra Estrutura Municipal

De acordo com a Secretaria de Obras da Prefeitura de Coari (2023), apenas alguns bairros dispõem de sistema de esgotamento sanitário, como Urucu, União e Chagas Aguiar, embora operem de forma precária, com tubulações expostas. Outras áreas, como o Bairro Liberdade, não possuem infraestrutura adequada para o esgotamento sanitário, havendo despejo direto nos quintais ou igarapés. A rede de esgoto existente na cidade não possui conexão com estação de tratamento; ao invés disso, os efluentes são direcionados diretamente aos igarapés locais. Conforme Oliveira (2012), pesquisa realizada no município indicou que 73% das residências despejam o esgoto diretamente nos canais; 23% apresentam sistemas canalizados, embora considerados ineficientes; e 4% utilizam fossas negras, sugerindo contaminação por fezes e águas servidas em determinados pontos da bacia hidrográfica (Seabra, 2022).

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), referente às condições dos domicílios urbanos em relação à presença de banheiros ou unidades sanitárias e ao tipo de esgotamento sanitário, verifica-se um índice significativamente baixo em comparação à população total. O município dispõe de um aterro sanitário inaugurado em 2007; no entanto, sua operação ainda não foi iniciada devido à ausência da licença ambiental. Além disso, sua localização próxima ao aeroporto levanta questionamentos quanto à viabilidade de funcionamento futuro. O empreendimento, orçado em R\$ 1,5 milhão, permanece inoperante e ocupa uma área de 25 hectares (Mota, 2014). Assim sendo, os resíduos sólidos continuam sendo descartados no lixão situado a aproximadamente 500 metros do aterro sanitário, evidenciando um uso inadequado dos recursos públicos.

Conforme análise realizada por Situba (2017) acerca da limpeza pública em Coari, assim como na maioria dos municípios do Amazonas, a efetividade das ações neste setor concentra-se predominantemente na gestão municipal. A participação da sociedade local na coleta de resíduos sólidos é limitada a uma única associação. Apesar dos esforços municipais para realizar a coleta e manutenção da limpeza urbana, observa-se que o crescimento populacional ocorrido nos últimos 15 anos resultou em condições precárias nos espaços públicos municipais quanto à higiene e infraestrutura – poucos ambientes apresentam arborização adequada. A limpeza

Urbana necessita de investimentos que devem ser distribuídos de forma equitativa para melhorar as condições gerais da cidade.

A partir da década de 1980, com o aceleração do processo de urbanização, a motocicleta emergiu como um dos principais fatores impulsionadores do aumento da frota veicular no município de Coari. Essa predominância deve-se ao baixo custo de aquisição e manutenção, à conveniência na realização de deslocamentos porta a porta, à facilidade de estacionamento e ao menor consumo de combustível. A inexistência de vias pavimentadas que conectem Coari a outros municípios faz com que o uso da motocicleta seja predominantemente restrito ao perímetro urbano.

No município, há apenas uma ciclovía, que fornece acesso ao aeroporto, encontrando-se em condições precárias de conservação. As vias urbanas frequentemente não possuem calçadas, obrigando os pedestres a transitar no meio das ruas e a desviar de veículos motorizados. A sinalização viária é escassa e mal conservada; além disso, a maioria dos condutores não segue as normas do trânsito. Como em outras localidades do interior do Amazonas, Coari não dispõe de transporte público coletivo regular, o que favorece a operação do serviço de mototáxi. Grande parte dos mototaxistas não possui Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou equipamentos de segurança adequados, como capacetes, sendo esses raramente utilizados. Muitos desses profissionais estão vinculados a cooperativas cadastradas junto à prefeitura municipal. O único transporte coletivo privado presente na cidade é o serviço de micro-ônibus destinado exclusivamente ao transporte estudantil (Seabra, 2022).

Dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) de 2016 indicam que há uma média de 1,2 veículos para cada 10 habitantes no município; entre esses veículos, 1,1 é representado por motocicletas. A maior proporção da frota emplacada em Coari consiste em motocicletas. Devido às características topográficas acidentadas da região — com numerosos aclives e declives — observa-se uma preferência significativa por veículos motorizados (93,1%), enquanto os veículos não motorizados representam apenas 6,9% (Silva, 2016).

4.4 As alterações na questão habitacional

Com a implementação das obras de construção do terminal petrolífero e do gasoduto Coari/Manaus, contratadas pela Petrobras, ocorreu um aumento significativo na empregabilidade na região, resultando em crescimento populacional expressivo. Uma das áreas mais buscadas para instalação de habitações foi ao longo dos rios que margeiam a cidade, onde qualquer indivíduo ou família podia estabelecer residência sem necessidade de autorização prévia (Seabra, 2022). A acessibilidade à sede municipal por via fluvial é facilitada, evidenciada pela presença de diversas residências na entrada do Lago de Coari, desde o bairro Pera até o bairro Nazaré Pinheiro.

De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura da Zona Rural de Coari em maio de 2013, estimou-se a existência de aproximadamente 132 unidades domésticas flutuantes, excluindo-se os estabelecimentos comerciais flutuantes. Ressalta-se que essas habitações são móveis e dependem das variações hidrológicas do Rio Solimões; durante as cheias, permanecem em locais fixos devido à inundação das várzeas, enquanto na vazante requerem o uso de rebocadores para sua movimentação próxima às margens líquidas

dos rios. Essas moradias estão concentradas na orla, posicionadas a uma distância média de três metros entre si, frequentemente ocupadas por parentes provenientes de comunidades rurais próximas.

As residências apresentam características regionais bastante distintas e similares às construções de terra firme, sendo construídas com diferentes espécies de madeira adaptadas às particularidades arquitetônicas locais. Além da função residencial, essas casas flutuantes atuam como pontos comerciais que comercializam produtos oriundos da floresta e rios, como castanhas, açaí e outros frutos regionais; além disso, vendem peixe e oferecem diversos serviços às embarcações presentes na área, incluindo oficinas fluviais, postos de gasolina, fábricas de gelo, frigoríficos e bares com música ao vivo aos finais de semana (Seabra, 2022).

Além dos moradores das habitações flutuantes, há residentes em terra firme que não convivem com a poluição aquática. Esses possuem acesso aos serviços públicos essenciais tais como coleta de lixo domiciliar, água tratada e energia elétrica.

4.5 Cultura urbana e reiberinha que se entrelaçam

A proteína de maior consumo em Coari é o peixe, cuja produção local é suficiente para abastecer o mercado interno, sendo que, durante a época da piracema, excedentes são comercializados em Manaus devido à alta piscosidade dos rios da região. Em virtude do considerável acesso a recursos financeiros que proven dos Royalties para a prefeitura, observa-se uma dependência significativa de empregos públicos, tornando o município o principal empregador e utilizando sua influência econômica para fins políticos.

A maior parte das comunidades de Coari foi estabelecida por decisão administrativa municipal, que instituiu um salário mínimo para os líderes comunitários, gerando disputas por esses cargos e mantendo esses líderes na dependência econômica e política dos repasses municipais. Apesar do aporte de recursos considerável, os investimentos em Educação não têm produzido resultados satisfatórios. O município ocupa a 42ª posição na taxa de escolarização e apresenta notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental e 3,7 nos anos finais. A gestão ineficiente dos recursos públicos também impacta negativamente a saúde, evidenciada pela posição 27ª em mortalidade infantil, consequência da insuficiência de investimentos em saneamento básico e urbanização das vias públicas.

No que concerne à população rural, distingue-se entre aqueles que vivem em terras de várzea e os residentes em terra firme com atividades distintas de subsistência. Os moradores das terras mais elevadas sobrevivem principalmente por meio da pesca e caça voltadas ao consumo familiar, além da prática de atividades extrativistas e agrícolas com fins econômicos. Já os ribeirinhos de várzea praticam caça e extrativismo esporadicamente; sua sustentação econômica depende majoritariamente da pesca e da pequena agricultura.

Devido à localização às margens dos rios e ao conhecimento detalhado do território—com acesso aos lagos, furos e paranás altamente produtivos—esses grupos mantêm uma relação íntima com os recursos naturais disponíveis na várzea, similar à experiência de outros povos ribeirinhos que vivem na interface entre rios, várzea e floresta (Pereira, 2016).

Ao comparar a economia de Coari com outros municípios do médio Solimões, verifica-se que a maioria dessas localidades ainda permanece baseada no modelo extrativista, fortemente dependente dos repasses financeiros estaduais e federais. Essa situação revela um contraste entre o setor rural extrativista e o urbano, ambos altamente dependentes das receitas provenientes dos royalties do petróleo, indicando poucas alternativas futuras para diversificação econômica.

Os indicadores socioeconômicos apontam para níveis baixos de pobreza relativa; contudo, há concentração de renda evidenciada pelo índice Gini. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), as taxas de analfabetismo e o IDEB apresentaram pouco avanço em relação aos dados do estado do Amazonas. Em 2019, a taxa de mortalidade infantil em Coari era de 16,49 óbitos por mil nascidos vivos, posicionando-se na 42ª colocação entre os 62 municípios do Amazonas (IBGE).

Considerações finais

A pesquisa revelou que a exploração petrolífera em Coari tem impulsionado processos migratórios, bem como o incremento de assentamentos precários e o deslocamento de comunidades para o núcleo urbano. Essa expansão urbana resultou na ampliação da população excluída, que não participa das receitas provenientes dos royalties do petróleo e das participações especiais.

A atuação da administração municipal poderia contribuir para mitigar os efeitos adversos das desigualdades sociais; contudo, observou-se o oposto, com o fortalecimento dessas desigualdades, favorecendo uma elite econômica e alimentando uma percepção ilusória de prosperidade temporária. O enclave econômico, centralizado na prefeitura e sustentado pela produção petrolífera, decorreu da ausência de processos participativos democráticos, dificultando a promoção de um desenvolvimento efetivo tanto no contexto local quanto regional. Ademais, há a inexistência de uma política institucional por parte da Petrobras referente à melhor aplicação dos recursos oriundos dos royalties, bem como mecanismos que fomentem atividades econômicas alternativas à dependência exclusiva do setor petrolífero.

A ausência de mecanismos estruturados para promover o desenvolvimento por meio da gestão eficiente dos recursos naturais evidenciam-se em Coari, especialmente considerando a natureza temporal desses recursos. Torna-se imprescindível estabelecer estruturas institucionais próprias, capazes de articular-se com instâncias supranacionais e estatais, contribuindo assim para o desenvolvimento local sustentável. Apesar da presença de bancos públicos, empresas estatais, universidades, incubadoras, agências de serviços técnicos e consultorias na região, os recursos financeiros permanecem concentrados na administração municipal, sem uma proposta consolidada voltada ao desenvolvimento sustentável do município.

Embora seja um dos municípios com o segundo maior PIB do Amazonas — R\$ 2.015.916 mil (IBGE, 2018), representando 2% do PIB estadual — esses recursos não têm sido utilizados de forma estratégica para gerar alternativas socioeconômicas duradouras que assegurem sustentabilidade diante do esgotamento das reservas petrolíferas. Tal constatação é corroborada por entrevistas realizadas com setores

estratégicos locais, como empresários privados, agentes do setor educacional, movimentos sociais e gestores municipais.

Para compreender as contradições socioeconômicas presentes em Coari, faz-se necessário analisar a lógica do capitalismo globalizado em que a Amazônia está inserida. Essa lógica é marcada por dois processos escalares: a globalização mundial vinculada às políticas neoliberais desde os anos 1980 e a ampliação das disparidades econômicas e políticas no âmbito nacional e internacional (HARVEY, 2006).

No contexto do Amazonas, as ações governamentais voltadas ao desenvolvimento regional limitaram-se à implementação da Zona Franca de Manaus (ZFM), incluindo obras de infraestrutura como estradas, portos e aeroportos; além disso, houve investimentos em projetos voltados ao setor agropecuário. Entretanto, tais iniciativas ocorreram simultaneamente à exploração crescente por madeireiros e garimpeiros em terras indígenas não protegidas legalmente contra essa atividade exploratória — fato que gerou conflitos entre comunidades indígenas e agentes extrativistas.

A abordagem desenvolvimentista adotada para a região se contrapõe à realidade extrativista vivenciada pelos povos amazônicos. Trata-se de propostas apolíticas e acríticas que consideram o problema social como uma lacuna passível de ser resolvida pelo desenvolvimento técnico-econômico. Escobar (1995) denomina esse fenômeno como “infantilização do terceiro mundo”, pois ignora os grandes problemas sociais e seus conflitos internos; ao invés disso, promove uma visão hierárquica onde as populações locais são consideradas incapazes de impulsionar seu próprio desenvolvimento.

A concepção de um projeto de desenvolvimento econômico regional baseado na exploração colonial portuguesa permanece vigente nas perspectivas históricas da Amazônia. Durante séculos caracterizada pela caça às riquezas naturais pelos colonizadores europeus — sobretudo indígenas habitantes tradicionais que receberam escassa ou nenhuma assistência às políticas públicas nas áreas de educação, saúde e transporte — essa mentalidade contribuiu para indicadores sociais inferiores aos níveis médios brasileiros na maioria dos municípios.

Desde os anos 1990, esse modelo desenvolvimentista entrou em declínio devido à crise no intervencionismo estatal brasileiro; o país enfrentou processos hiperinflacionários contínuos e elevada saída de capitais resultantes da dívida externa (crise da dívida), refletindo fragilidades na performance econômica nacional. Houve mudança no padrão anterior de crescimento baseado na integração crescente à economia mundial — com abertura comercial e financeira menor intervenção estatal — buscando estabilizar a economia; contudo, essa estratégia aprofundou as disparidades regionais ao favorecer regiões mais desenvolvidas em detrimento das menos estruturadas.

Esse cenário nacional nos anos 1990 influenciou a política de repasse dos royalties provenientes da Petrobras para municípios como Coari. Os recursos transferidos seguiram uma lógica liberal: a redução do papel do investimento público direto (administrações públicas e estatais) foi substituída pela suposta capilaridade do mercado privado para impulsionar o crescimento econômico local—modelo que se mostrou insuficiente diante das necessidades regionais específicas.

No caso específico de Coari—onde se sabe que o petróleo constitui recurso finito—há incertezas relacionadas à sua viabilidade econômica futura devido às

flutuações conjunturais nacionais e internacionais. Assim sendo—a dependência quase exclusiva dessas receitas coloca o município sob risco significativo diante do esgotamento potencial das reservas petrolíferas associadas às características típicas de enclave econômico (PIQUET; TAVARES; PESSÔA, 2017).

Embora o governo estadual e federal tenham realizado investimentos na implantação da Universidade Federal, do Instituto Federal e de outras instituições dedicadas à Educação Profissional, com o objetivo de promover geração de emprego e renda, o município de Coari não possui um projeto de desenvolvimento regional que incorpore os recursos provenientes dos royalties. Tal situação evidencia a ausência de uma proposta estruturada de desenvolvimento regional local. Nas entrevistas realizadas, os gestores municipais não apresentaram críticas contundentes ao modo de operação vigente, que perpetua práticas clientelistas e resulta em indicadores de saúde e educação significativamente inferiores aos recursos disponíveis.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2022. BRASIL. **Censo demográfico**. IBGE, 2010.

BALLAN, M. C. **Teoria das elites: introdução aos conceitos fundamentais segundo seus teóricos clássicos**. Monografia de Especialização Monografia. Curso de Especialização em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, turma 2011.

BERDEGUÉ, Julio; FAVARETTO, A. **Desarrollo territorial rural. Série 2030 - Agricultura, alimentación y desarrollo rural**. FAO. Disponível em: 2019_Berdegue_Favareto_DTR_SerieFAOAgenda2030

Bessa, K. **Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia**. Mercator, v. 9, n. 20, p. 43-56, 2010.

Brasil. **Censo demográfico**. IBGE, 2010.

Brasil. **Censo demográfico**. IBGE, 2022.

Brasil. **Censo Economico**. IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA 2016.

Brasil, **Ministério da Educação, INEP**, 2020.

Brasil. **Ministério da Saúde, DATASUS**, 2022.

Brasil. **Ministério do Trabalho, CAGED**, 2023.

Escobar, Arturo. **Encoutering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton, Princeton university press, 1995.

Gasparotto, L.; Pereira, J. C. R.; Pereira, M. C. N. et al. **Controle químico da Sigatoka negra da bananeira. I – Trifloxistrobin, Propiconazole e Difenconazole**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.

Gawora, D. **Urucu – impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas**. Manaus: Valer, 2003.

_____. **Relatório de Pesquisa de campo**, 1998.

Góes, A. **Nunca mais Coari: a fuga dos juramaguas**. 2023. Disponível em: Coari.com.br

Harvey, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

Martins, Marcilene Martins, Sogari, Mário Augusto Brudna e Rudnicki, Sara. **A regulamentação da atividade petrolífera no Brasil e os desafios colocados pelas descobertas de reservas de petróleo na camada pré-sal**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas ; nº 3/2012.

Mesquita, Z. **Do território à consciência territorial**. In: Mesquita, Z.; Brandão, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul/RS: Ed. UFRGS/Ed. da UNISC, 1995.

Moreira, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica**. Editora Contexto. 2010.

Moreira, Ruy. **O que é Geografia**. Editora Brasiliense. 2017.

Pereira, Raimundo Emerson Dourado. **Pela margem: ribeirinhos e transformações sociais na Amazônia**. Tese de Doutorado em Ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. 2016.

Piquet, R., Tavares, E., & Pessoa, J. **Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense**. Cadernos Metrópole. v. 19, n. 38, 201-224. 2017; Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2017-3808>.

Postali, Fernando A. S. **Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil: utilizando a lei do petróleo como um experimento natural**. 4º PDPETRO, Campinas, SP, 21-24 de Outubro de 2007.

Raffenstein, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Santana, P. V. **Dimensões espaciais de cidades amazonenses: do dinheiro do petróleo aos serviços públicos de educação**. In: A. M. Neto, C. N. Castro, & C. A. Brandão, (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. (pp.157-196). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2017.

Santos, Milton. **Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, nº 54, jun.1977.

Santos, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec. 1988.

Santos, M. **Técnica, Espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. <http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf>. 1994.

Santos, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

Santos, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território**. Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

SANTOS, Milton. **Texto extraído da transcrição da conferência do autor na mesa-redonda “O tempo na Filosofia e na História”, promovida pelo Grupo de Estudos sobre o Tempo do Instituto de Estudos Avançados da USP em 29 de maio de 1989**. A transcrição completa foi publicada na Coleção Documentos, série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2, em fevereiro de 2001.

Santos, Milton. **O retorno do território**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 n°. 16 (jun.2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

Santos, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec/Edusp, [1996] 2006.

Saquet, M.A; Sposito, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª.ed. Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, SP, 2009.

Seabra, Vlamir do Nascimento. **A indústria petrolífera em Coari - AM e suas implicações nas transformações territoriais**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC. 2022.

Silva, Joubert da Costa e. **Estudo dos deslocamentos urbanos de Coari, Itacoatiara e Parintins e possíveis influências da topografia na divisão modal**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

Situba, Nágila dos Santos. **Entre ruas, calçadas, praças, praias, mercados, feiras e jardins: A limpeza urbana de espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari – Amazonas**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

Soler, Cláudia. **A cidade de Coari/AM e os reflexos da exploração de petróleo e gás natural pela Petrobrás**. Papers do NAEA N° 253. Belém-PA, 2009.

Sposito, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª.ed. São Paulo : Expressão. 2009.

Tocantins, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Record. Rio de Janeiro.1988.

Vlamiir do Nascimento Seabra. Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Instituto Federal do Amazonas. Email vlamiir@ifam.edu.br

Iraldes Caldas Torres, Doutora em oNome. Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Univeridade Federal do Amazonas. Email ppgsca@ufam.edu.br

Submetido em: 01/12/2025

Aprovado em: 19/08/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization) Vlamiir Seabra e Iraldes Caldas
Curadoria de Dados (Data curation) Vlamiir Seabra e Iraldes Caldas
Análise Formal (Formal analysis) Vlamiir Seabra e Iraldes Caldas
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition)
Investigação/Pesquisa (Investigation) Vlamiir Seabra e Iraldes Caldas
Metodologia (Methodology) Vlamiir Seabra e Iraldes Caldas
Administração do Projeto (Project administration)
Recursos (Resources)
Software
Supervisão/orientação (Supervision)
Validação (Validation)
Visualização (Visualization)
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft)
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing).

Fontes de financiamento: